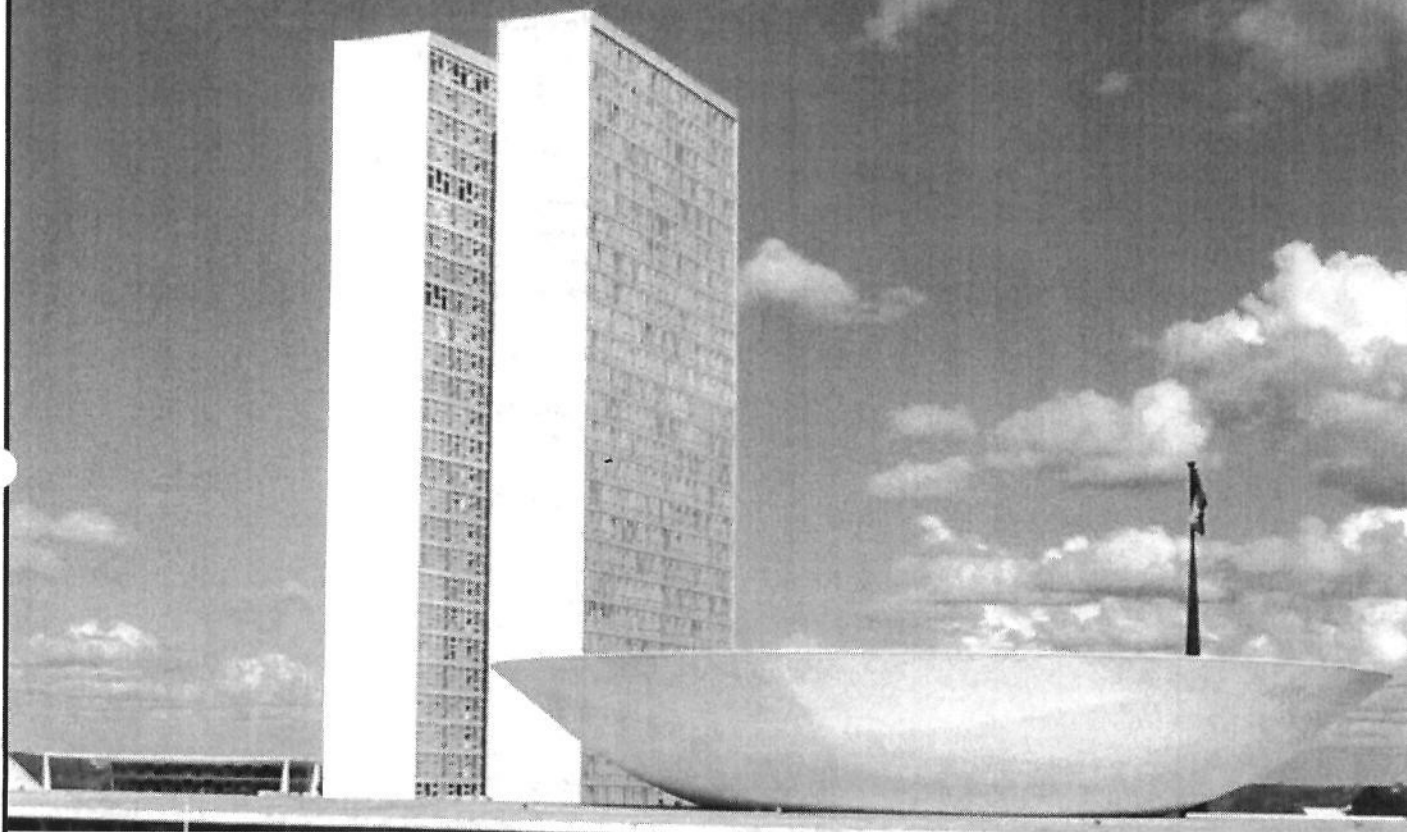


Câmara dos Deputados

CONCURSO PÚBLICO



PROVA PRÁTICA

Aplicação: 11/1/2004

CEESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

GRUPO II

Cargo: Analista Legislativo
Atribuição: Técnico em Comunicação Social
Área: Imprensa Escrita

PROVA PRÁTICA

Para realização da prova prática, será exibido um vídeo sobre matéria jornalística, com duração de 30 minutos. A fim de orientá-lo sobre a matéria solicitada, segue anexa uma pauta jornalística.

Durante a exibição do vídeo, é permitido fazer anotações, **exclusivamente**, nas páginas para rascunho deste caderno. A exibição do vídeo será feita uma única vez.

Após assistir ao vídeo, redija uma **matéria jornalística** de até 40 linhas, totalizando aproximadamente 2.700 caracteres, com **título**, de até 40 caracteres, e uma **chamada de primeira página**, de três linhas, totalizando aproximadamente 200 caracteres, com **título**, de até 40 caracteres. A prova prática será realizada em computador compatível com IBM/PC, em processador de texto *Word*, deve ser digitada em fonte *Times New Roman*, corpo 12, e terá duração de **1 hora**. A configuração da página deve ser de 2 cm para as margens direita e esquerda e também de 2 cm para as margens superior e inferior, e espaço simples entre linhas.

Qualquer fragmento de texto que ultrapasse o máximo de linhas estipulado para cada parte da prova prática será desconsiderado.

Para cada erro referente à norma culta de Língua Portuguesa, o candidato perderá 5 pontos na matéria jornalística, incluído o título, e 10 pontos na chamada de primeira página, incluído o título. Erros de digitação serão computados como erros de ortografia.

➤ **ATENÇÃO:** O texto da prova prática não deve conter qualquer identificação do candidato. Não serão avaliadas as provas que tiverem qualquer marca de identificação do candidato.

Este caderno será recolhido ao final da prova.

PAUTA

A Polícia Federal, com autorização judicial, ao investigar a relação entre juízes e policiais com líderes do tráfico de drogas, envolvendo até venda de sentenças favoráveis aos criminosos, denunciou e prendeu três magistrados paulistas — João Carlos da Rocha Mattos, Casem Mazloun e Ali Mazloun —, além da auditora aposentada Norma Regina Cunha, ex-mulher de Rocha Mattos, e mais nove pessoas, incluindo policiais.

A operação policial recebeu o nome de “Anaconda”, envolveu centenas de agentes e delegados federais e acabou descobrindo que o apartamento de Norma era o local usado para reuniões do grupo e para guardar o dinheiro arrecadado por eles.

Lá, foram apreendidos 500 mil dólares e muitos documentos comprometedores.

Preso e recolhida a uma cela da Polícia Federal, em Brasília, Norma Cunha vem tentando ser solta por meio de ações judiciais.

A Câmara dos Deputados, diante da repercussão da “Operação Anaconda”, decidiu apurar o envolvimento dos juízes, dos policiais e de Norma com o crime e convocou a auditora para depor perante Comissão Técnica, sob a presidência do deputado Luiz Antonio de Medeiros.
